

Vidas estatizadas

Começamos mais um período de propaganda eleitoral obrigatória. Na pauta dos candidatos, temos, basicamente, além das originalidades desnecessárias de praxe, muitas propostas de gestão administrativa: “Vou trazer mais recursos para os hospitais. Vote em mim por mais saúde!”, “Implantei um projeto urbano inovador em meu Estado. Vote em mim por mais transporte coletivo!”, “Vou combater os desvios nos gastos da educação. Contra a corrupção, vote em mim!”, e assim por diante.

Cada um se agarra num bordão feito sob medida pelo marqueteiro de plantão e nós somos obrigados a ouvi-lo até alcançarmos um estado de náusea política no último dia da campanha. É a velha técnica publicitária da saturação de imagens ou mensagens.

Como prezo por minha saúde mental, concentro minha atenção na atenta leitura das propostas contidas nos planos de governo e, sobretudo, nos debates e entrevistas, ocasiões em que podemos testar o sentido e o alcance da plataforma eleitoral do candidato.

Nessa tarefa, procuro distinguir e identificar algo mais profundo: os valores que estão por trás daqueles bordões, porque, como a politização de todas as esferas da vida humana parece ter se tornado uma meta para muitos grupos influentes na mídia e na universidade, importa - e muito - compreender quais daquelas esferas devem ser retiradas dessa pauta politizadora, a fim de não serem vitimadas pela mão pesada da imposição estatal.

Num ambiente social em que absolutamente tudo é politizado, “do couro da sola de nosso sapato até os tijolos do telhado”, a política - esta natural e nobre dimensão humana - deixa de cumprir sua função essencial e acaba por minar suas próprias condições de possibilidade, como, de resto, já observara a filosofia política grega: a tutela dos valores morais que derivam da natureza humana que, como efeito, asseguram a sociabilidade e a dignidade da pessoa contra os excessos estatais.

Daí decorre minha preocupação na investigação dos valores morais que sustentam os monocórdicos bordões da cena eleitoral. Quando politizamos todas as realidades sociais, de certa forma, transferimos a compreensão do sentido dos assuntos politizados ao Estado, que, em sua versão moderna, já deixou, em muitos campos, a saudável condição de zelar pelo bom governo dos destinos da cidade e assumiu uma faceta totalizante e abrangente do todo, desde o nascimento até a morte do cidadão: a versão atual do deus ex machina da literatura grega.

Esse leviatã estatal ataca nossa condição humana, porque, na função de definir aquela compreensão do sentido das coisas, acaba por chamar para si a condição de senhor do bem e do mal, expulsando o espaço próprio de uma moralidade externa que brota justamente daqueles valores morais, solapando-os em favor de outros que prezam a organização burocrática das massas, a dominação ideológica e a racionalidade instrumental: todos os ingredientes que mais lembram uma espécie de

“banzo estatal” dos totalitarismos do século XX, uma realidade vivida e pensada por muitos de nós.

Mas não é só. Além disso, esse estado-titã provoca o isolamento e o desenraizamento da sociedade, como bem disse Arendt. O isolamento, entendido como o impasse no qual os homens se veem diante da destruição do protagonismo na esfera política em suas vidas, mina a capacidade de agir politicamente. O desenraizamento, significado como não ter no mundo um lugar reconhecido pelos outros, desagrega a vida privada e elimina o relacionamento social.

Ponto para Nietzsche. O Estado, da maneira aqui descrita, realmente, é o mais frio dos monstros. E, nós, suas vítimas. Por natural sanidade, nosso povo costuma descarregar na piada o que outro descarregaria tranquilamente no explosivo.

Entretanto, começo a achar difícil ver alguma graça nesse processo erosivo de nossa condição humana e já está na hora de despolitizarmos muitas questões, sobretudo aquelas em que se espera uma resposta estatal que vai além das forças de seus tentáculos. As próximas eleições podem ser uma boa oportunidade para isso, porque vidas politizadas são vidas estatizadas. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE, membro da Academia Campinense de Letras e do Movimento Magistrados pela Justiça.

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 29/08/2018, Página A-2, Opinião.

Tags: Estatizadas, Política, Vidas,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/vidas-estatizadas-andre-goncalves-fernandes/>